

## Redução de custo de energia vai exigir aporte de R\$ 3 bi

Montante deixará de ser recolhido pelos consumidores com a extinção de dois encargos setoriais

# Com energia mais barata, indústria prevê redução de 4% nos custos

Para a presidente Dilma, a revisão das tarifas é uma medida histórica. A Fazenda avalia que haverá impacto positivo no combate à inflação e no crescimento em 2013. E o setor privado já faz as contas sobre o efeito prático nas suas despesas. — P4

## Redução de custo de energia vai exigir aporte de R\$ 3 bi

Montante deixará de ser recolhido pelos consumidores com a extinção de dois encargos setoriais

**Simone Cavalcanti e Ruy Barata Neto**, de Brasília  
redacao@brasileconomico.com.br

O Tesouro Nacional precisará aportar anualmente R\$ 3,3 bilhões no setor elétrico, a partir de 2013, para manter programas sociais de acesso à energia

e ao mesmo tempo garantir que a redução dos custos da conta de luz alcance 16,2% para residências e até 28% para as indústrias.

O montante deixará de ser recolhido pelos consumidores com a eliminação de dois encar-

gos: a Reserva Global de Reversão (RGR) e a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Já a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) ficará reduzida a 25% do valor atual.

A eliminação dos encargos foi decidida como parte fundamen-

tal do programa para potencializar a redução dos custos de energia, que já estavam previstos com as renovações dos contratos de concessão no setor, que vencem a partir de 2015. O governo anunciou que pode antecipar a prorrogação das concessões para as empresas que de-

sejarem manter os contratos nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. Haverá nova licitação para aquelas que não aceitarem a renovação.

Medida Provisória, que deve ser publicada hoje no Diário Oficial da União, prevê a renovação das concessões por um prazo de até 30 anos — o que pode variar de acordo com cada contrato. Os concessionários que ainda não conseguiram amortizar todos os investimentos feitos até agora serão indenizados em cerca de R\$ 20 bilhões, segundo cálculos preliminares. Os recursos virão de um fundo que foi formado com o recolhimento do RGR e não há previsão de aportes do Tesouro Nacional. “Em princí-

pio, os recursos arrecadados pela RGR serão suficientes para indenizar os ativos das concessionárias. Caso não sejam, teremos de encontrar meios de financiamento para cobrir isso”, disse o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim.

A presidente Dilma Rousseff afirmou que, após a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) concluir todos os estudos sobre os contratos de distribuição de energia, que vencem a partir de 2016, a redução dos custos pode ser ampliada. “Portanto, esses são números que me permitem dizer que eu não estou cometendo nenhum exagero ao afirmar que nós estamos tomando uma medida his-

tórica”, disse durante discurso no Palácio do Planalto.

Cálculos preliminares da Aneel mostram que o custo da geração de energia pode cair dos atuais R\$ 95 por megawatt/hora (MW/h) para algo em torno de R\$ 30 MW/h. Essa redução terá impacto nas receitas das concessionárias que optarem pela renovação dos contratos. “Com menos receitas, as empresas terão de se tornar mais eficientes e ofertar mais qualidade”, disse Tolmasquim.

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Zimmermann, disse que as receitas previstas para os concessionários serão suficientes para viabilizar investimentos na expansão da capacidade de energia. ■

# Insumo mais barato alivia inflação

O governo espera que a redução dos custos de energia elétrica faça o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) recuar até um ponto percentual em 2013, garantindo, assim, uma trajetória mais sustentável de convergência para a meta de inflação de 4,5%.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, afirmou ontem que esse cálculo leva em conta efeitos diretos e indiretos.

De acordo com o secretário-executivo do Ministério, Nelson Barbosa, considerando apenas o impacto direto, a queda deve ficar

entre 0,5 e 0,6 ponto percentual.

Entretanto, ele exemplificou: como a conta de luz nos prédios residenciais e comerciais ficará mais barata, o custo do condomínio tem espaço para cair.

## Impactos

Mantega ressaltou que a medida anunciada ontem, somada às desonerações tributárias que vêm sendo feitas, permitirá a redução dos preços e combaterá a inflação.

“Estamos numa cruzada para reduzir custo Brasil e nos tornar tão competitivos como qualquer outro país”, afirmou, negando que o governo aproveitará a brecha na queda dos preços para reajustar o valor dos combustíveis ao consumidor. “Não tem nada a ver um com o outro. Não está no horizonte”. O secretário-executivo do ministério, por sua vez, desconversou sobre o tema. ■ **S.C. e R.B.N.**

## Fiscalização da qualidade do serviço será aprimorada

O governo quer colocar nos novos contratos de concessão cláusulas claras para garantir a prestação de serviço com qualidade e a boa gestão do negócio. A informação foi dada ontem pelo diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), Nelson Hübner. No campo da distribuição de energia, por exemplo, o executivo disse que

pode colocar o índice de qualidade de frequência e de duração e interrupção no fornecimento de energia como parâmetro para balizar a fiscalização aos concessionários de energia elétrica.

Hubner seguirá uma orientação da presidente Dilma Rousseff que pede mais rigor na fiscalização do setor.

“A partir de agora, punire-

mos de uma forma bastante clara aqueles que mal gerirem suas empresas”, disse ontem em seu discurso, lembrando que não é aceitável haver má gestão principalmente em áreas concedidas nas quais os concessionários são monopolistas, como o caso da distribuição de energia.

Com a revisão dos contratos de concessão, o preço da venda

de energia deve cair dos atuais R\$ 95 por megawatt-hora (MhW) para cerca de R\$ 30 (MhW), o que terá impacto nas receitas das empresas. Apesar disso, Hubner afirma que é possível manter o nível de qualidade dos serviços. “As empresas, a partir das renovações dos contratos, precisarão apenas aplicar recursos na manutenção e operação das usinas”, afirma. ■ **R.B.N. e S.C.**

## LUZ NO FIM DO TÚNEL

Redução dos encargos setoriais de energia

### CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEIS (CCC)

Acaba a arrecadação com manutenção de finalidades

### RESERVA GLOBAL DE REVERSÃO (RGR)

Fim da cobrança para distribuidoras, novos empreendimentos de transmissão e concessões prorrogadas ou licitadas

### CONTA DE DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO (CDE)

Cobrança ao consumidor será reduzida em 25%

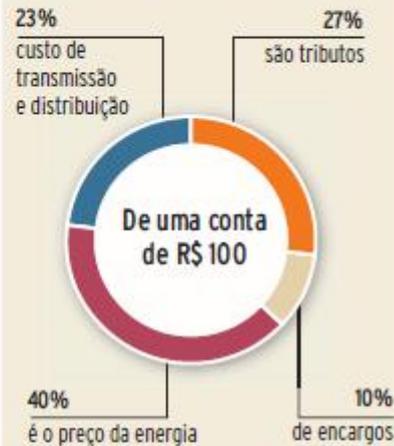
### EFEITO MÉDIO PARA OS CONSUMIDORES DAS DISTRIBUIDORAS: 20,2%



Fonte: Ministério de Minas e Energia

## CARGA PESADA

Peso dos tributos hoje na conta de luz



Fontes: Instituto Acende Brasil e consultoria Andrade&Canelas

Ueslei Marcelino/Reuters



Para Dilma, dados indicam que medidas do governo são históricas

O Tesouro Nacional precisará aportar anualmente R\$ 3,3 bilhões no setor elétrico, a partir de 2013, para manter programas sociais de acesso à energia e ao mesmo tempo garantir que a redução dos custos da conta de luz alcance 16,2% para residências e até 28% para as indústrias.

O montante deixará de ser recolhido pelos consumidores com a eliminação de dois encargos: a Reserva Global de Reversão (RGR) e a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Já a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) ficará reduzida a 25% do valor atual. A eliminação dos encargos foi decidida como parte fundamental do programa para potencializar a redução dos custos de energia, que já estavam previstos com as renovações dos contratos de concessão no setor, que vencem a partir de 2015. O governo anunciou que pode antecipar a prorrogação das concessões para as empresas que desejarem manter os contratos nas áreas de geração, transmissão e distribuição de energia. Haverá nova licitação para aquelas que não aceitarem a renovação. Medida Provisória, que deve ser publicada hoje no Diário Oficial da União, prevê a renovação das concessões por um prazo de até 30 anos - o que pode variar de acordo com cada contrato. Os concessionários que ainda não conseguiram amortizar todos os investimentos feitos até agora serão indenizados em cerca de R\$ 20 bilhões, segundo cálculos preliminares.

Os recursos virão de um fundo que foi formado com o recolhimento do RGR e não há previsão de aportes do Tesouro Nacional. "Em princípio, os recursos arrecadados pela RGR serão suficientes para indenizar os ativos das concessionárias. Caso não sejam, teremos de encontrar meios de financiamento para cobrir isso", disse o presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim.

A presidente Dilma Rousseff afirmou que, após a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) concluir todos os estudos sobre os contratos de distribuição de energia, que vencem a partir de 2016, a redução dos custos pode ser ampliada. "Portanto, esses são números que me permitem dizer que eu não estou cometendo nenhum exagero ao afirmar que nós estamos tomando uma medida histórica", disse durante discurso no Palácio do Planalto. Cálculos preliminares da Aneel mostram que o custo da geração de energia pode cair dos atuais R\$ 95 por megawatt/hora (MW/h) para algo em torno de R\$ 30 MW/h. Essa redução terá impacto nas receitas das concessionárias que optarem pela renovação dos contratos." Com menos receitas, as empresas terão de se tornar mais eficientes e ofertar mais qualidade", disse Tolmasquim.

O secretário-executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Márcio Zimmermann, disse que as receitas previstas para os concessionários serão suficientes para viabilizar investimentos na expansão da capacidade de energia.

### **Carga Pesada**

Peso dos tributos hoje na conta de luz de R\$ 100

23% Custo de transmissão e distribuição;

27% são tributos;

40% é o preço da energia

10% de encargos

Fonte: **Instituto Acende Brasil** e consultoria Andrade&Canellas